



REGULAMENTO DE VINDIMA:

Inscrição de vinhas, vindima e validação da declaração de colheita e produção para a certificação de produtos com a DOP Vinho Verde e IGP Minho

PREÂMBULO

O Conselho Geral da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes, em 28 de Junho de 2018 aprova o presente regulamento, dando cumprimento ao estipulado na Portaria n.º 668/2010, de 11 de Agosto com a sua última alteração publicada pela Portaria n.º 333/2016, de 23 de Dezembro e ao Manual de Certificação publicado em www.vinhoverde.pt.

Este Regulamento, entrará em vigor no dia da sua publicação no boletim Notícias Verdes, publicação da CVRVV, ficando disponível para consulta na página internet da CVRVV.

1. INSCRIÇÃO

- A) Os viticultores, vitivinicultores e produtores que pretendam submeter as uvas ou o vinho que produzem ao processo de certificação para a Denominação de Origem Vinho Verde ou à Indicação Geográfica Minho, têm de se inscrever na CVRVV para o efeito
- B) As inscrições de novas entidades podem ser realizadas a todo o tempo, mas, **para que possam apresentar a sua declaração de colheita e produção só são aceites as inscrições realizadas até 31 de Julho desse ano.**
- C) **Os viticultores, vitivinicultores e produtores que se inscrevam entre 1 de Agosto e 31 de Dezembro de cada ano, ficam impedidos de submeter, direta ou indiretamente, os produtos vitivinícolas produzidos (uvas, mosto, vinho) a certificação para DOP.**
- D) As **parcelas de vinhas** destinadas à produção de uvas, aptas à DOP Vinho Verde e à IGP Minho **têm de ser inscritas na CVRVV, a pedido dos interessados, até 31 de Julho de cada ano.** As vinhas que sejam inscritas após aquela data não serão admitidas para a certificação dos produtos da vindima desse ano, sendo apenas aceites para a certificação de produtos vitivinícolas na campanha vitivinícola seguinte.
- E) Só são aceites para a certificação de vinhos com a DOP Vinho Verde, as uvas produzidas por parcelas de vinhas com mais de 3 anos. Excepcionalmente, mediante pedido, poderão ser autorizadas produções em vinhas mais recentes.

2. RENDIMENTO POR HECTARE

- A) As vinhas que reúnam os requisitos de produtividade e qualidade que se encontram definidos em circular da CVRVV, podem ver o seu rendimento aumentado para

13500Kg ou 15000Kg, desde que seja requerido o devido controlo no tempo e condições definidas na informação divulgada, anualmente, pela CVRVV.

- B) A CVRVV poderá através de vistoria, controlar os rendimentos estimados de cada vinha, estabelecendo, mediante fundamentação técnica, limites inferiores ao previstos como limites máximos ou determinar a total exclusão da aptidão para a DOP ou, e, IGP, das parcelas de vinhas.
- C) As parcelas de vinha que sejam encontradas no estado de abandono por duas campanhas seguidas, verão a sua inscrição da CVRVV cancelada, só podendo ser readmitidas após a realização de vistoria que comprove a sua reabilitação e produtividade.

3. ADEGAS E ARMAZENAMENTO

- A) As instalações de vinificação inscritas na CVRVV para a produção de Vinho Verde são exclusivas para a vinificação de uvas produzidas na região, estando pois interdita a vinificação nestas, de uvas e mostos externos à região, ainda que com destino apenas à produção de vinhos sem DO/IG.
- B) Todo o vinho apto a DOP Vinho Verde e IGP Minho manifestado deve estar armazenado em instalações inscritas na CVRVV e afetas ao titular do vinho. Não será aceite para certificação como Vinho Verde o produto elaborado em instalações ou por entidades não inscritas
- C) Os centros de vinificação que, nas instalações de armazenamento, também possuam vinhos sem DOP/IGP, ficam, durante o período da vindima, sujeitos a medidas especiais de controlo, que poderão incluir a selagem das vasilhas em que esses produtos se encontram armazenados. A desselagem pode ser feita a todo o tempo pela CVRVV mediante pedido do produtor.

4. TRÂNSITO DE UVAS / VINHO / MOSTO

- A) No trânsito de uvas da vinha para um produtor (centro de vinificação), se a distância a percorrer por estrada não exceder 70 Kms e o transporte for feito pelo produtor, não é obrigatória a emissão de documento de acompanhamento, sendo-o em todas as outras situações.
- B) O transportador deverá estar sempre em condições de identificar os produtores de cada uma das cargas que transporta. Quando o transportador for interpelado pela CVRVV para identificar os produtores a quem

REGULAMENTO DE VINDIMA:

Inscrição de vinhas, vindima e validação da declaração de colheita e produção para a certificação de produtos com a DOP Vinho Verde e IGP Minho

pertençam as uvas e tal não seja feito de imediato, todas as uvas transportadas perdem a aptidão a ser recebidas como aptas à produção de vinhos com DOP ou IGP.

- C) Quando o transporte das uvas se faça em camiões fechados, antes do seu início deve ser comunicado à CVRVV, com 24 horas de antecedência os seguintes dados – data e local de carregamento, quantidade, destino das uvas e hora de início do trânsito.
- D) Após a entrega das uvas a um centro de vinificação, os lapsos que eventualmente se tenham verificado, no que ao trânsito diga respeito, só podem ser corrigidos nas 48h seguintes. A correção tem de ser solicitada por escrito, devidamente justificada, sendo autorizada após avaliação pela CVRVV.
- E) Todos os trânsitos de vinho ou mosto, ainda que não sujeitos a certificação da CVRVV, durante o período da vindima (expedição e receção) têm de ser comunicados à CVRVV com pelo menos 24 horas de antecedência. A receção dos referidos produtos vínicos nos centros de vinificação sem o conhecimento prévio da CVRVV constitui infração grave, podendo a CVRVV tomar as medidas de controlo que considere mais adequadas nomeadamente a selagem dos produtos rececionados.
- F) São impedidos os trânsitos (expedição e receção) a granel de vinhos ou mosto sem DO/IG, nas instalações de vinificação a partir do dia do varejo de abertura e durante trinta dias. Esgotado este período e até ao varejo de fecho, os trânsitos devem ser comunicados antecipadamente à CVRVV nos termos do previsto na alínea anterior e terão acompanhamento e registo por equipas de controlo. Nos armazéns/adegas em que não se realizem aqueles varejos, o impedimento verifica-se entre 1 de setembro e 30 de Outubro. Necessidades especiais de trânsito serão decididas pela Comissão Executiva, mediante pedido fundamentado.

5. RECEPÇÃO DAS UVAS

- A) O início da vindima tem de ser comunicado à CVRVV por todos os produtores que comprem uvas, com, pelo menos, 48 horas de antecedência, só sendo aceites a certificação as uvas recebidas após a data comunicada.
- B) A vindima considera-se aberta com o varejo de início de vindima e encerrada com o varejo de fim de vindima. Para a DOP Vinho Verde ou IGP Minho, as uvas recebidas antes do primeiro ou depois segundo, não são aceites como aptas a certificação.
- C) Os centros de vinificação com “fiscal residente” apenas podem receber uva e fazer expedição ou receção de

produtos vínicos a granel na presença e com a supervisão do agente de controlo designado pela CVR.

- D) Por fiscal residente entende-se ação notificada ao operador, informando-o que o seu centro de vinificação, durante a vindima, será acompanhado, desde a abertura ao encerramento, por fiscal designado pela CVRVV com os direitos e obrigações que lhe são, igualmente, notificados.
- E) Todas as entregas de uvas deverão ser pesadas, devendo ser emitido o respetivo talão para o comprador e para o vendedor, no qual constará: nome, morada, número de DCP e número de contribuinte do vendedor; nome, morada e número de contribuinte do comprador, quantidade de uva entregue – numérica e por extenso em Kg - , cor da uva, casta, caso o produtor pretenda abrir conta de casta, data da receção e assinaturas. O produtor poderá inscrever nos talões outros dados que entenda úteis para a sua organização interna.
- F) Para a emissão dos talões, o operador deve optar por uma de três modalidades;
 - a. Sistema informático próprio;
 - b. Emissão via internet no sistema da CVRVV;
 - c. Emissão através de equipamento fornecido pela CVRVV
- G) Quando, seja utilizado o sistema informático do produtor, este tem de comunicar à CVRVV o modelo de talão a utilizar e obter a sua aprovação. Os talões têm de ser numerados sequencialmente e corresponder a cada entrega de uvas recebidas e encontrarem-se no local da receção das uvas. Os produtores que utilizem o seu sistema informático para a emissão de talões, têm de, pelo menos a cada 48 horas, submeter no sistema informático da CVRVV a relação dos talões emitidos, com a informação a definir pela CVRVV.
- H) A CVRVV disponibilizará a todos os produtores que não possuam sistema informático próprio de emissão de talões, um acesso Web à aplicação de emissão de talões, devendo o produtor estar munido de computador e impressora;
- I) A CVRVV disponibilizará ainda um tablet com uma aplicação informática e uma impressora, onde, são registadas todas as entregas de uvas e emitidos os respetivos talões de uvas.
- J) Nos centros de vinificação em que se encontre um fiscal residente durante toda a vindima, a ou as entidades que recebam uvas nesse centro, estão

REGULAMENTO DE VINDIMA:

Inscrição de vinhas, vindima e validação da declaração de colheita e produção para a certificação de produtos com a DOP Vinho Verde e IGP Minho

dispensadas de fazer o registo de receção de uvas e de emitir talões de pesagem, sendo essa obrigação assegurada pelo fiscal, com exceção dos produtores que utilizem sistema informático próprio para emissão de talões.

- K) Os registos elaborados pelos agentes de controlo bem como os obtidos na aplicação fornecida pela CVRVV, são tratados informaticamente, dando origem quanto às uvas recebidas e mosto elaborado, ao Anexo II de suporte à DCP da entidade.
- L) Os registos elaborados pelos agentes de controlo da CVRVV prevalecem sobre quaisquer outros que sejam apresentados pelo produtor, nomeadamente nos anexos II. Havendo discrepâncias, as diferenças que se verifiquem não são admitidas a certificação como DOP Vinho Verde ou IGP Minho, sendo apenas considerados os valores e registos que resultarem do controlo realizado.
- M) Nos controlos realizados durante a vindima, serão registados em auto os talões utilizados e respetiva numeração em uso, não sendo considerados para efeito de certificação de Vinho Verde as uvas cobertas por talões que se encontrem omissos à data do controlo ou cuja informação não esteja de acordo com a já submetida à CVRVV.
- N) A apresentação de talões cuja numeração seja incoerente com a data de emissão e/ou que não tenham estado presentes em adega à data do controlo dará origem aos necessários procedimentos de investigação, bem como participação às entidades competentes.
- O) As uvas objeto de controlo por parte da CVRVV que se mostrarem com fortes indícios de não cumprirem as regras de certificação, nomeadamente quanto à sua origem, ficarão sujeitas às medidas cautelares que a CVRVV considere mais adequadas, nomeadamente a sua vinificação e armazenamento em separado dos restantes produtos bem como a sua não classificação como uvas aptas à produção de vinho com direito a DOP ou IGP.
- P) Só são admitidas trocas de talões quanto à entidade vendedora e ou quantidades que resultem de processos: mortis causa, partilha, ou transmissão da propriedade.

6. DECLARAÇÕES DE COLHEITA E PRODUÇÃO - DCP

- A) A **DCP** é de **apresentação obrigatória** para todos os viticultores, vitivinicultores e produtores, mesmo que não exista produção e deve ser apresentada **dentro do**

prazo legal, que se inicia a 1 de Outubro e que termina a **15 de Novembro**. Após essa data a declaração será aceite, sem prejuízo de o incumprimento do prazo legal constituir uma contra-ordenação punível nos termos da lei.

- B) **Após 31 de Dezembro não se aceitará a inscrição de Vinho Verde na DCP bem como** a produção que seja declarada apenas em uvas ou correcção de DCPs entregues anteriormente.
- C) **A DCP é feita, pelo produtor, diretamente no site www.vinhoverde.pt, devendo registar-se previamente. Transitariamente manter-se-ão em funcionamento balcões delegados da CVRVV em alguns concelhos.**
- D) Após a apresentação da DCP as alterações registadas no cadastro vitícola apenas produzem efeito para a campanha seguinte.
- E) Os produtores e vitivinicultores que se encontrem também inscritos como engarrafadores deverão, obrigatoriamente, declarar a sua produção na sede da CVRVV no Porto.
- F) Os produtores que comprem uvas, têm de submeter o ou os anexos II que suportam a sua DCP até ao momento da sua apresentação.

7. VALIDAÇÃO DA DCP, DO ANEXO II E ABERTURA DE CONTAS CORRENTES

- A) Aquando da declaração de colheita e produção deve ser realizado o pedido de abertura de contas correntes específicas em conformidade com os designativos de qualidade, casta, sub-regiões, ano ou outras menções que obriguem à existência da conta corrente. O pedido será analisado, verificando-se o cumprimento das regras de rastreabilidade aplicáveis.
- B) Os produtos vitivinícolas provenientes de uvas compradas só serão transferidos da DCP para as respetivas contas correntes depois de se ter encerrada a validação dos Anexos II, por comparação com o declarado pelos produtores vendedores nas suas DCP's.
- C) Só as quantidades que obtenham validação administrativa em cada anexo II, serão admitidas como aptas a certificação com a DOP Vinho Verde ou IGP Minho e transferidas para as respetivas contas correntes.
- D) As quantidades de produtos vitivinícolas correspondentes às uvas declaradas que não obtenham validação administrativa como aptas a certificação com a



REGULAMENTO DE VINDIMA:

Inscrição de vinhas, vindima e validação da declaração de colheita e produção para a certificação de produtos com a DOP Vinho Verde e IGP Minho

DOP Vinho Verde ou IGP Minho, serão transferidas para produtos sem DOP/IGP.

- E) A validação administrativa da produção declarada e que tenha como suporte os Anexos II, realiza-se na plataforma informática disponibilizada pela CVRVV.
- F) Iniciada a avaliação dos Anexos II, os produtores são notificadas para, em 15 dias, procederem às correções de lapsos ou incoerências que se verifique existir.
- G) Findo aquele prazo, a CVRVV procederá à avaliação final dos Anexos para cada produtor e encerrará o processo de avaliação, dando conhecimento do fim do processo ao produtor.
- H) Encerrada a avaliação dos anexos e transferidas para as contas correntes as quantidades admitidas como aptas a obter a DOP Vinho Verde ou a IGP Minho, considera-se definitivamente encerrado o processo.

8. ACÇÕES DE CONTROLO

- A) Os agentes económicos devem prestar toda a informação e esclarecimentos relativos à produção, armazenamento, circulação, engarrafamento e certificação dos produtos vitivinícolas, facultando o acesso às instalações, a documentos, registos e prestar toda a ajuda que se mostre necessária e seja solicitada pela equipa de controlo.
- B) A entidade controlada que recusar fornecer informação solicitada pela equipa de controlo ou assinar o auto, tem de justificar a recusa, declarando em auto a devida motivação.
- C) Sempre que se mostre necessário, ajustado e justificado, os agentes de controlo podem tomar as medidas cautelares ou preventivas que a situação concreta imponha, elaborando auto da ocorrência, e, se necessário, impondo limitações ou modos de conduta, que a entidade controlada tem de adotar e respeitar.
- D) A Recusa de acesso às instalações inscritas na CVRVV, bem como o impedimento da consulta da documentação relevante para controlo da rastreabilidade dos produtos vitivinícolas é considerada violação grave dos deveres que decorrem da lei, podendo a CVRVV suspender os processos de validação e certificação até que lhe seja permitido o acesso negado, sem prejuízo de procedimento disciplinar e participação às autoridades competentes.